


|   |  |                               |                         |
|---|--|-------------------------------|-------------------------|
|  | MODELO DE DECLARAÇÃO ME / EPP          |                               |                         |
|   | ANEXO V                                |                               |                         |
|   | DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO<br>DEADM | SERVIÇO DE COMPRAS -<br>SECOM | LICITAÇÃO<br>Nº 10/2013 |

**DECLARAÇÃO**  
(PAPEL TIMBRADO OPCIONAL)

.....(razão social do licitante)  
com endereço na....., inscrita no  
CNPJ/MF sob o número.....vem, pelo seu representante legal abaixo-  
assinado, sob pena de submeter-se à aplicação das sanções definidas nos artigos 7º e 9º, da Lei nº  
10.520/02, declarar que cumpre os requisitos legais que assim o classifica, e que não incide em  
qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro  
de 2006, abaixo transcritas:

**Art. 3º** Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de  
pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966  
da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas  
Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

“§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para  
nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário, ou seja, sócia de outra  
empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a  
receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não  
beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata  
o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos,  
desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa  
econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora  
ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de  
seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa  
jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

Em,                      de                      de 20\_\_\_\_

(assinatura do representante legal do licitante)